

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES: O ODS 10 NO RIO GRANDE DO SUL

08 DE ABRIL DE 2025



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

APRESENTAÇÃO

- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários, **com o intuito de erradicar a pobreza, a miséria e a fome e promover a sustentabilidade ambiental e a inclusão social**. Consiste em um conjunto abrangente de 17 objetivos e 169 metas que, em 2015, o Brasil, junto com os outros 192 estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030. Os ODSs devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.
- Embora várias das metas estabelecidas não sejam competência dos governos locais, **há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que elas sejam cumpridas até o final do prazo definido**. No Brasil, o IPEA coordenou o desenvolvimento de uma série de indicadores, para possibilitar o acompanhamento periódico das metas e das submetas dos ODSs nos níveis nacional e regional, adaptando-as à realidade brasileira e à disponibilidade de dados.
- Nesse contexto, o Departamento de Economia e Estatística (DEE), da SPGG criou a publicação **Cadernos ODS**, cujo objetivo é analisar os indicadores de acompanhamento anual – sempre que houver base de dados atualizada disponível – das metas dos ODSs para o Rio Grande do Sul em comparação com as do Brasil, em seu conjunto, e com as das demais unidades federativas (UFs).
- O **ODS 10 - Redução das Desigualdades** consiste em “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. Dentro desse objetivo mais amplo, é estabelecida uma série de metas específicas que abordam um tema que merece atenção da sociedade, para ajudar a guiar as ações necessárias para atingir o objetivo mais amplo. Cada meta pode ser acompanhada por um indicador ou um conjunto de indicadores. Neste trabalho, busca-se acompanhar os principais indicadores disponíveis para o Rio Grande do Sul, analisando o seu patamar e a sua evolução nos últimos anos e comparando-os com os do Brasil e os das demais UFs, com os dados mais recentes disponíveis. As principais análises foram feitas considerando-se as metas nacionais, que foram construídas com base nas metas globais e adequadas para a realidade brasileira. Verificam-se, dessa forma, a situação do crescimento da renda da população mais pobre, o número de pessoas pobres por sexo e idade, a proporção dos salários no PIB, entre outros.

METAS DO ODS 10



Meta 10.1

até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos



Meta 10.2

até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.



Meta 10.3

garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Meta 10.4

reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social



Meta 10.5

melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

Meta 10.6

assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

Meta 10.7

facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira



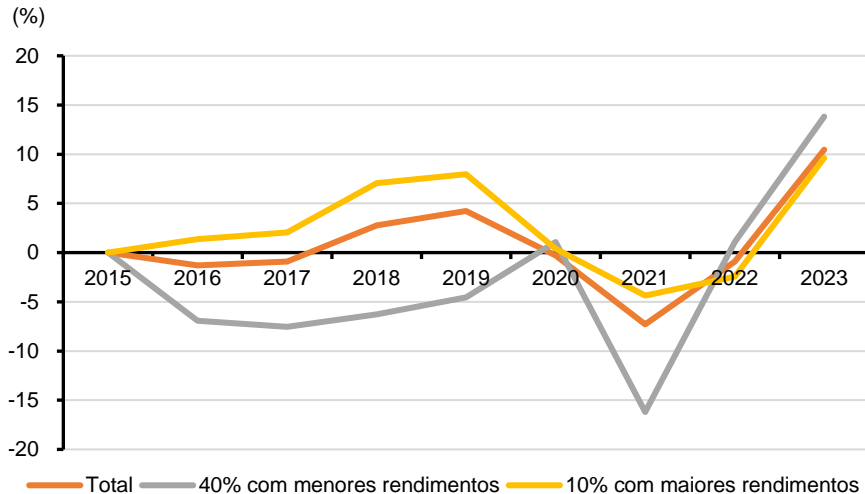
Meta com dados disponíveis para o acompanhamento dos indicadores propostos

**META 10.1 - ATÉ 2030,
PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E
SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA
RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO
MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE
A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS**

Oo
futuro
vine.
nos

META 10.1 - ATÉ 2030, PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS

Variação acumulada do rendimento domiciliar *per capita* médio real, por faixa de renda no **Brasil** – 2015-2023

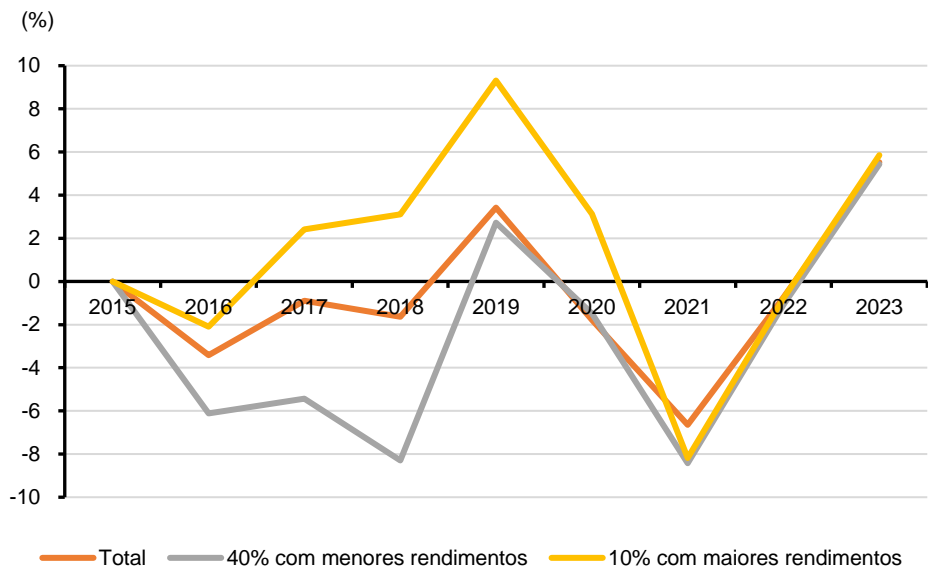


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

- No **Brasil**, entre 2015 e 2019, a variação acumulada dos mais pobres foi sempre negativa.
- 2020: apesar da queda nos rendimentos de uma maneira geral, os programas de auxílio fizeram com que as famílias com renda menor tivessem aumento nos seus rendimentos.
- 2021: redução dos auxílios aos mais pobres e condições desfavoráveis persistentes no mercado de trabalho pressionaram para baixo os rendimentos dos trabalhadores.
- 2022: retomada da economia; rendimentos voltaram a níveis próximos aos de 2020.
- 2023: novo crescimento da renda dos mais pobres; melhor nível de rendimento real da série (R\$ 527), 14% acima do observado em 2015.

META 10.1 - ATÉ 2030, PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS

Crescimento real acumulado do rendimento domiciliar *per capita* médio, por grupo de renda, no **Rio Grande do Sul** – 2015-2023

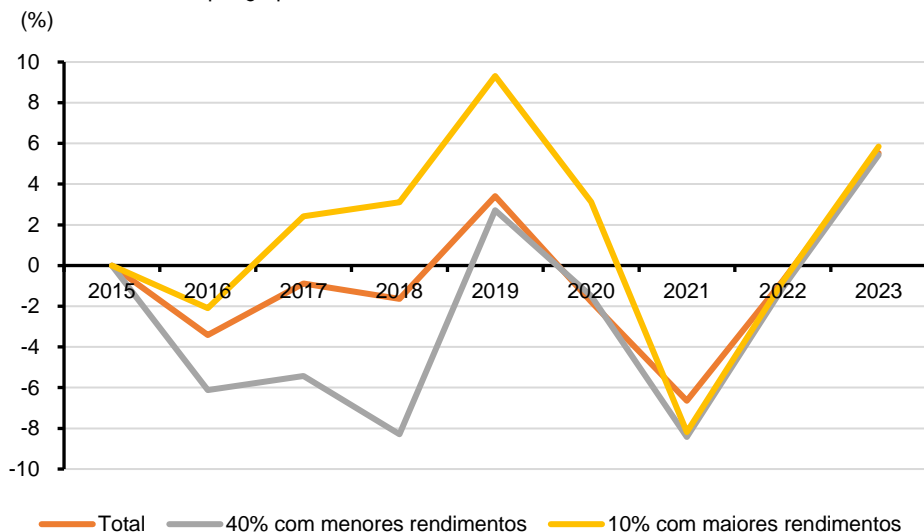


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

- No **Rio Grande do Sul**, o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres foi de R\$ 776 em 2023. Esse valor equivale a 34,4% do rendimento médio de toda a população do Estado (R\$ 2.233).
- Esse percentual não sofreu alteração na comparação com 2015. Ao longo desse período, a renda dos 40% mais pobres se distanciou da renda média do Estado nos anos de 2016 a 2018, mas voltou a se aproximar da média em 2019 e 2020, com novo distanciamento em 2021, seguido de reaproximação em 2022 e 2023.
- Portanto, em relação à essa meta, o Estado não apresentou avanço.

META 10.1 - ATÉ 2030, PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS

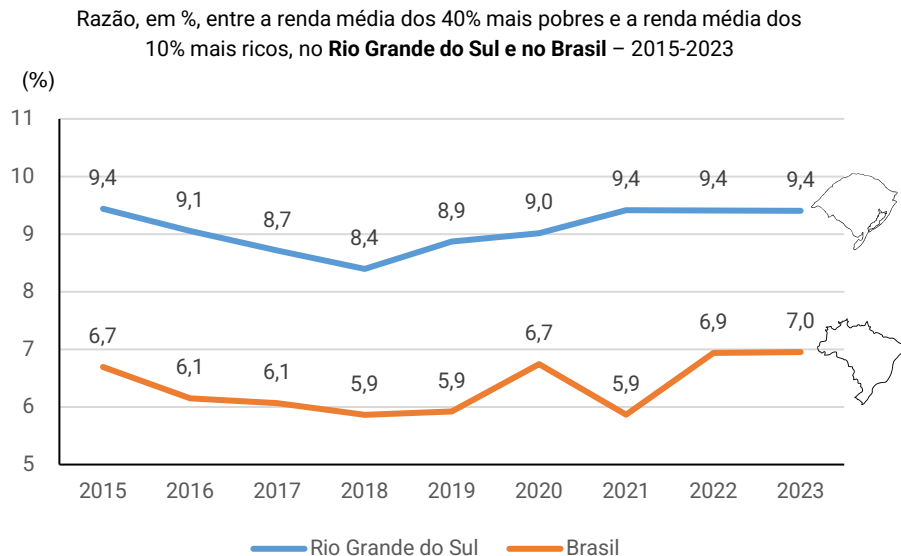
Crescimento real acumulado do rendimento domiciliar *per capita* médio, por grupo de renda, no **Rio Grande do Sul** – 2015-2023



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

- 2015 a 2018: queda de rendimento real de 8,3% entre os mais pobres.
- 2019: crescimento de 12% dos rendimentos dos mais pobres (6% na média do Estado); mais pobres recuperaram a queda do período anterior.
- 2020 e 2021: queda dos rendimentos reais tanto dos 40% mais pobres quanto da média do Estado, um reflexo da piora da economia como um todo por conta da pandemia.
- 2015 a 2021: a variação acumulada do rendimento dos 40% mais pobres ficou em -8,4% e -6,6% na média do Estado.
- 2022: melhora do mercado de trabalho; aumento dos rendimentos dos dois grupos; recuperaram parte das perdas de 2021.
- 2023: incremento nos rendimentos desses grupos; acumulado no total do período de 2015 a 2023 volta a ficar positivo (5,5% no total, 5,4% nos 40% mais pobres e 5,8% nos 10% mais ricos).

META 10.1 - ATÉ 2030, PROGRESSIVAMENTE ALCANÇAR E SUSTENTAR O CRESCIMENTO DA RENDA DOS 40% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE A UMA TAXA MAIOR QUE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS



- 2015, no **Estado**, a renda média do grupo mais pobre representou 9,4% da renda média do grupo mais rico. Essa relação foi piorando até 2018, quando atingiu 8,4%, recuperando-se nos anos seguintes, chegando a 9,4% em 2021 e mantendo-se assim em 2022 e 2023.
- Cabe destacar que 2020 e 2021 foram anos de queda nos rendimentos dos mais pobres.
- No **Brasil**, essa razão ficou em 7% em 2023. Portanto, por essa ótica, não se observa avanço, nem no País, nem no Estado, na meta 10.1.

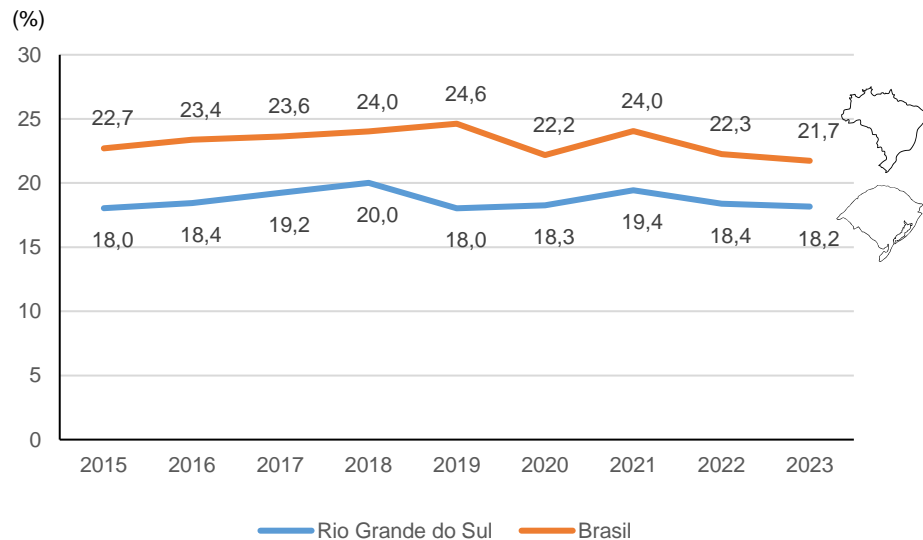
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

META 10.2 - ATÉ 2030, EMPODERAR E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE TODOS, DE FORMA A REDUZIR AS DESIGUALDADES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONDIÇÃO ECONÔMICA OU OUTRA

Oo
futuro
nos
vinde.

META 10.2 - ATÉ 2030, EMPODERAR E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE TODOS, DE FORMA A REDUZIR AS DESIGUALDADES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONDIÇÃO ECONÔMICA OU OUTRA

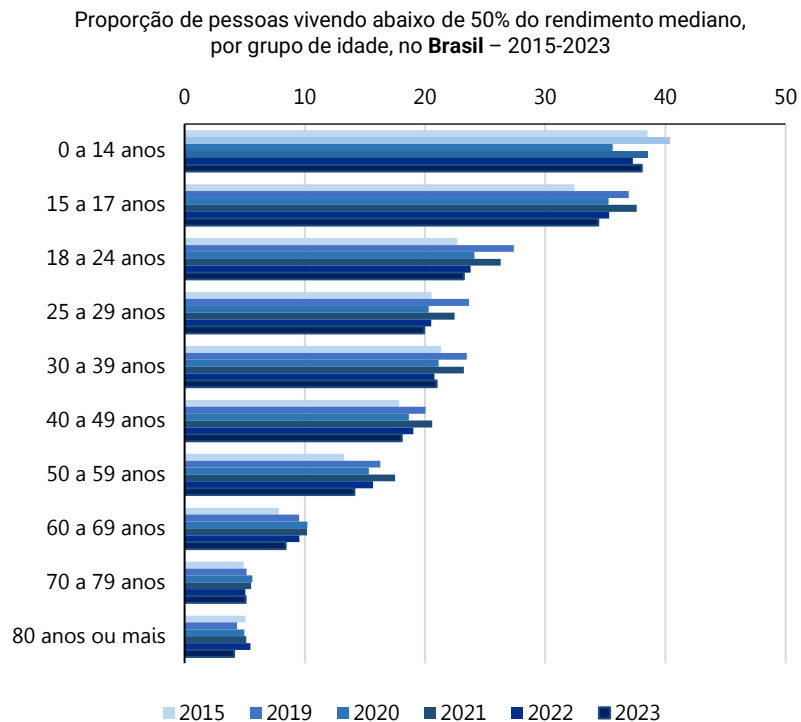
Proporção de pessoas vivendo abaixo de 50% do rendimento mediano, no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2015-2023,



- A proporção de pobres no Estado é menor que a do País. Em 2023, a proporção no Estado foi de 18,2% e, no País, foi de 21,7%.
- No Rio Grande do Sul, essa proporção tem se mantido relativamente estável, com oscilações pequenas, menores que o coeficiente de variação da PNAD-C.

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

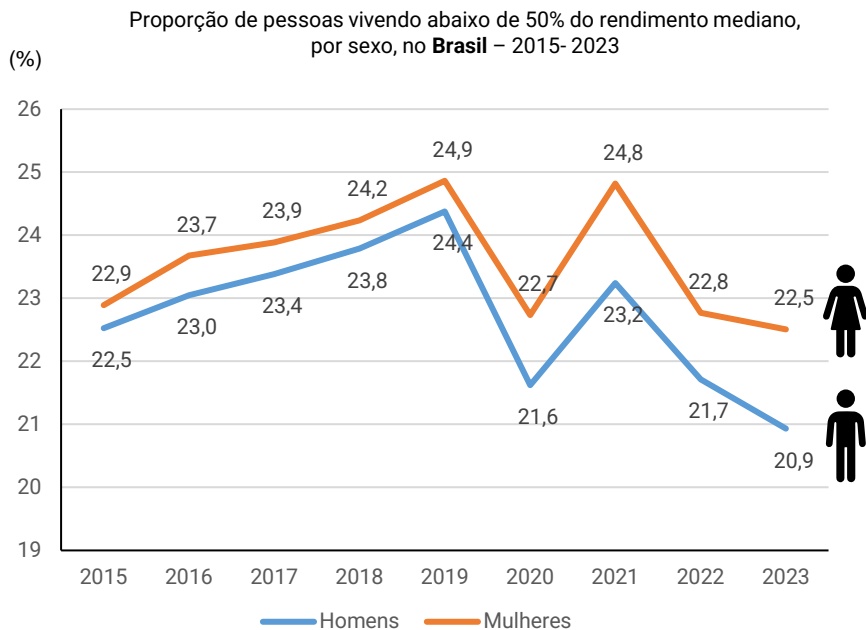
META 10.2 - ATÉ 2030, EMPODERAR E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE TODOS, DE FORMA A REDUZIR AS DESIGUALDADES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONDIÇÃO ECONÔMICA OU OUTRA



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

- No **Brasil**, quanto mais velho é o grupo de idade, menor é a proporção de pessoas pobres dentro daquele grupo.
- **2023**: no grupo com até quatorze anos de idade, 38% das pessoas eram pobres (4,1% nos 80+; 21,7 no geral)
- **2015 a 2023**: o indicador caiu 4%. Porém, no grupo de idade entre 60 e 69, o indicador subiu em torno de 7%, refletindo que houve um maior empobrecimento relativo desse grupo.
- Cabe salientar que, como o rendimento está sendo medido em termos *per capita*, por domicílio, em domicílios onde há moradores sem fonte de renda (como crianças e adolescentes que não trabalham), a renda média é afetada negativamente. Outro ponto é que o rendimento de indivíduos que estão no mercado de trabalho tende a aumentar com a idade; além disso, a expectativa de vida dos mais pobres é menor.

META 10.2 - ATÉ 2030, EMPODERAR E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE TODOS, DE FORMA A REDUZIR AS DESIGUALDADES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONDIÇÃO ECONÔMICA OU OUTRA

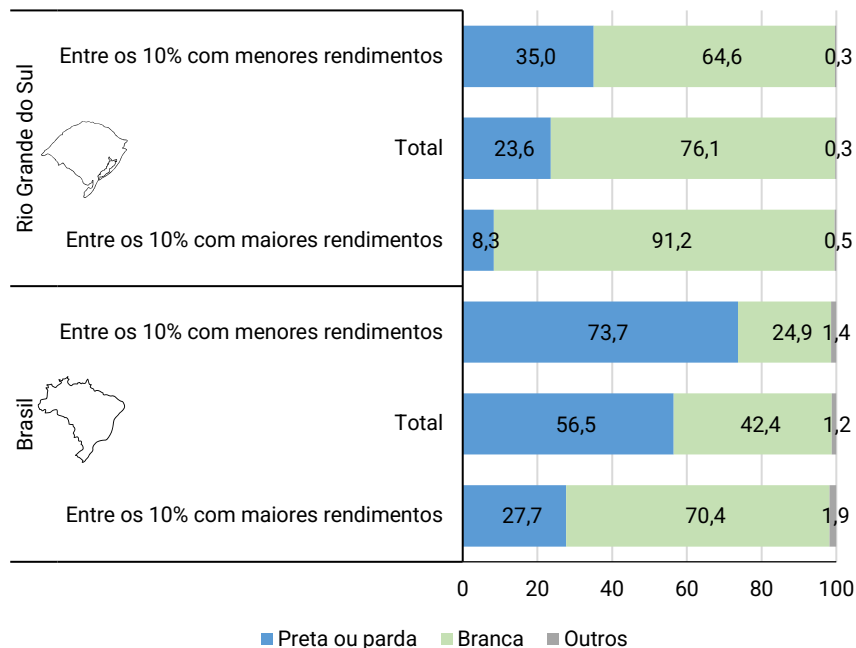


- Para o **Brasil**, em 2023, as mulheres pobres apresentaram uma proporção de 22,5%, acima da dos homens, que foi de 20,9%, indicando uma pobreza maior no grupo das mulheres.
- Em 2015, os dois grupos tinham proporções mais parecidas, 22,9% para as mulheres e 22,5% para os homens.
- Nesse período, o indicador só apresentou melhora, para ambos os sexos, no ano de 2020 (refletindo o aumento dos auxílios e dos benefícios sociais daquele ano) e nos anos de 2022 e 2023 (por conta da melhora na economia).

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

META 10.2 - ATÉ 2030, EMPODERAR E PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE TODOS, DE FORMA A REDUZIR AS DESIGUALDADES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, RELIGIÃO, CONDIÇÃO ECONÔMICA OU OUTRA

Distribuição percentual da população, por classe de rendimento domiciliar *per capita* e cor ou raça (%), no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2023



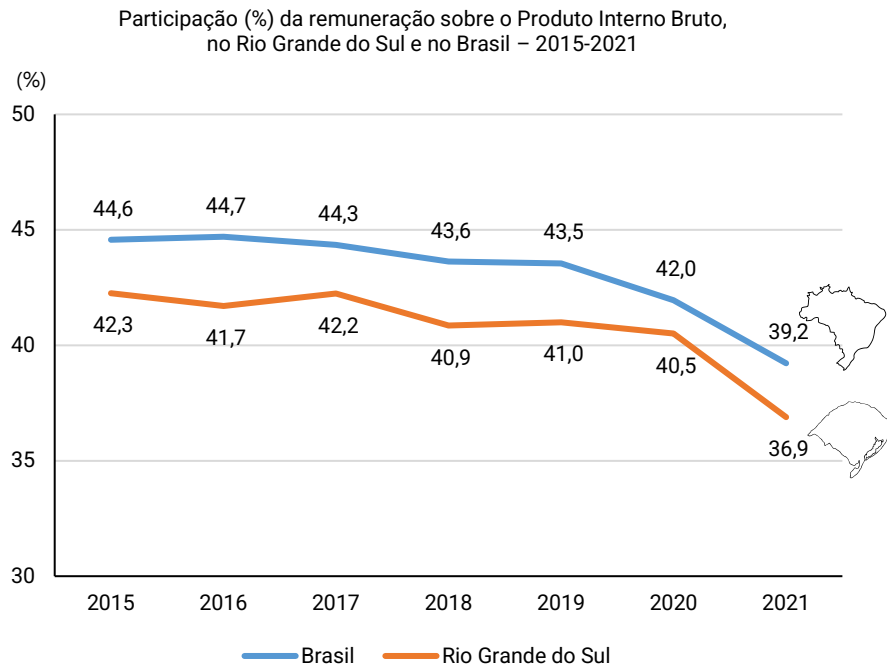
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2024).

- O **Rio Grande do Sul**, em 2023, foi o estado com o quarto maior rendimento domiciliar *per capita*, R\$ 2.255, 22% acima da média nacional; mas a desigualdade racial observada no Brasil também está presente no Estado. O rendimento da população branca foi 1,6 vez maior que o rendimento da população preta ou parda, no Estado. No **Brasil**, essa diferença foi de 1,9 vez.
- No **Estado**, em 2023, entre os 10% mais pobres, 35% eram de cor preta ou parda, proporção 1,5 vez maior que a desses indivíduos no total do Estado, que foi de 23,6%. Em 2015, essa diferença foi de 1,8 vez.
- No **Brasil**, em 2015, a proporção de pretos ou pardos entre os 10% mais pobres foi 1,4 vez maior que a proporção desse grupo no total do País. Já em 2023, essa diferença caiu para 1,3 vez.

**META 10.4 - REDUZIR
DESIGUALDADES ATRAVÉS DA
ADOÇÃO DE POLÍTICAS FISCAL,
TRIBUTÁRIA, SALARIAL E DE
PROTEÇÃO SOCIAL.**

**Oo
futuro
é
nos
unidos.**

META 10.4 - REDUZIR DESIGUALDADES ATRAVÉS DA ADOÇÃO DE POLÍTICAS FISCAL, TRIBUTÁRIA, SALARIAL E DE PROTEÇÃO SOCIAL



Fonte: IBGE, 2023.

- Dos sete anos da série (2015 a 2021), em três houve queda no volume do PIB do Estado (2015, 2016 e 2020). No acumulado entre 2015 e 2021, o crescimento do PIB estadual foi de 3,8%. Logo, a redução de desigualdades, por si só, pode não ser suficiente para que haja um aumento da renda dos mais pobres em períodos de queda do PIB.
- Por outro lado, quando a economia como um todo registra crescimento, uma queda da desigualdade quase sempre significa melhora na renda das camadas mais pobres da população
- No Rio Grande do Sul, a **proporção do componente remuneração no PIB foi de 42,3% em 2015. Já em 2021, essa proporção foi de 36,9%**. Essa piora também se observou no Brasil, onde essa proporção foi de 44,6% em 2015 e de 39,2% em 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Tanto o País quanto o Estado ainda tem muito a avançar no tema das reduções das desigualdades. No Rio Grande do Sul, a renda dos 40% mais pobres foi equivalente a 9,4% da renda dos 10% mais ricos, em 2023, ao passo que, no Brasil, esse percentual foi de 7,0%.
- De 2015 a 2018, houve queda de rendimento predominantemente entre os mais pobres (os 40% com menor rendimento domiciliar per capita). Nos anos seguintes, de 2018 a 2023, houve melhora na renda de todos os grupos, mas em maior intensidade entre os mais pobres, de tal forma que, na variação acumulada de 2015 a 2023, ela passou a ficar positiva tanto para o grupo dos mais pobres como para o dos mais ricos (5,4% e 5,8% respectivamente).
- Apesar da melhora da renda dos mais pobres nos anos mais recentes (em especial, a partir de 2018), persiste a diferença entre os dois grupos no período mais amplo, 2015-2023. Logo, na Meta 10.1, o Estado não progrediu no sentido de reduzir essa desigualdade.
- A desagregação por idade, gênero e raça mostra que ainda há desigualdades nesses grupos. A proporção de pessoas vivendo com renda abaixo dos 50% da mediana foi de 18,2% no RS e de 21,7% no total do Brasil, em 2023. No cenário nacional, é possível abrir esse percentual por idade e sexo: as crianças de até 14 anos tinham uma proporção de 38%, e as mulheres, de 22,5%, ou seja, trata-se de estratos com percentuais mais elevados (de maior desigualdade).
- No Rio Grande do Sul, em 2023, no grupo dos 10% da população com os menores rendimentos, 35% eram pessoas pretas ou pardas, proporção acima da observada no Estado como um todo, de 23,6%. Além disso, a proporção sobre o PIB das remunerações do trabalho foi de 36,9% no Estado, contra 39,2% no Brasil, em 2021. Tanto no País quanto no Estado, essa proporção vem em tendência de queda desde 2015, ano de referência para as metas dos ODSs, indicando um afastamento da meta proposta pela ONU.

Obrigado

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO • SPGG

Secretária: Danielle Calazans

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA • DEE

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Técnico: Guilherme Rosa de Martinez Risco

dee@spgg.rs.gov.br





GOVERNO DO ESTADO

RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.